



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 12/05/2014 10:34:18 , faço estes autos conclusos ao  
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.  
 Paulo César Scanavez.  
 Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **3002392-56.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **SERGIO SEGNINI**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Sergio Segnini move ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, dizendo que é titular do benefício nº 134.696.337-9, e desde 05.04.1995 tem recebido esse auxílio acidente no valor correspondente a 40% do salário de contribuição, sem alteração ou revisão de seu valor, apesar da legislação posterior ter fixado em 50%. Pede a procedência da ação para condenar o réu a efetuar a revisão do valor do auxílio acidente que deverá ser de 50% do salário de contribuição, condenando-o ao pagamento das diferenças com os encargos da mora, além de honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 14/17.

O réu foi citado e contestou às fls. 20/22 alegando decadência do direito do autor, já que a revisão não foi pleiteada nos 10 anos subsequentes a 1997. A data de início do benefício concedido ao autor é anterior ao início da vigência da Lei 9.032/95, que majorou o auxílio acidente para 50% do salário de contribuição. Improcede a ação. Documentos às fls. 23/26.

Réplica às fls. 29/34.

Este processo procedeu da Justiça Federal por força do v. acórdão de fls. 54/55. Informação da contadoria a fl. 62.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do artigo 3330, do CPC. A prova é essencialmente documental e consta dos autos. Dilação probatória apenas protrairia o momento da prestação jurisdicional sem acrescentar algo de útil ao acervo probatório.

Incontroverso que o autor recebe auxílio acidente de n. 134.696.337-9, desde 05.04.1995, no valor correspondente a 40% do salário de contribuição, conforme apurado a fl. 16.

A Lei 9.032/95, entrou em vigor em 28.04.1995, e deu nova redação ao § 1º, do artigo 86, da Lei 8.213, fixando o auxílio acidente em 50% do salário de benefício do segurado.

O início de vigência dessa Lei é posterior à data de concessão do auxílio acidente em favor do autor (05.04.1995, conforme fl. 15). A pretensão do autor para alterar de 40% para 50% do salário de benefício o auxílio acidente afronta o disposto no artigo 5º, XXXVI, c.c. o artigo 195, § 5º, ambos da CF.

O Egrégio Supremo Tribunal Federal, reafirmado pelo Plenário, em 14.04.2011, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 613.033/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, decidiu: “*DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. LEI Nº 9.032/95. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA. INAPLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NA CORTE. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*”.

Recentes julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça informam a revisão do entendimento firmado pela Corte. “*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO AUXÍLIOACIDENTE. MAJORAÇÃO. LEI Nº 9.032/95. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA CORTE. 1. O Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE nº 613.033/SP, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJe de 9.6.2011, reconheceu a repercussão geral da questão constitucional nele suscitada e, no mérito, consolidou a compreensão da impossibilidade de aplicação retroativa da majoração prevista na Lei nº 9.032/95 aos benefícios de auxílio-acidente concedidos em data anterior à vigência da Apelação / Reexame Necessário nº 0001401-53.2006.8.26.0348 5 respectiva norma. 2. Adoção pelas Turmas que compõem a Terceira Seção do entendimento firmado em repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. Precedentes: REsp n. 868.025-SP, relatora Ministra Laurita Vaz, julgado em 20/10/2011, Quinta Turma e Resp n. 407.014/RS, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 26/10/2011,*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Sexta Turma. 3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para negar provimento ao agravo em recurso especial” (STJ, 5ª Turma, EDcl no AgRg no AREsp 27761 / SC, Rel. Min. Jorge Mussi, j. 22.11.2011). No mesmo sentido: STJ, 5ª Turma, REsp 919299 / SP, Rel. Min. Adilson Vieira Macabu, j. 17.11.2011 e STJ, 5ª Turma, QO no AgRg no REsp 1018582 / SP, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 01.12.2011.

**JULGO IMPROCEDENTE** a ação. Isento o autor do pagamento das custas e honorários advocatícios, por força do parágrafo único, do artigo 129, da Lei 8.213/91.

P.R.I.

São Carlos, 11 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**